

Unões juvenis: descrição de um perfil

Cristiane S. Cabral (IMS/UERJ),
Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ) e Equipe Gravada¹

Por que a união conjugal na juventude freqüentemente aparece vinculada ao termo precoce? Essa ligação é possível quando são consideradas as expectativas sociais que cercam os jovens na contemporaneidade e salientam as profundas mudanças em torno das presentes concepções sociais das idades. As representações em torno das fases da vida mudam, como já bem o mostrou o historiador francês Philippe Áries (1978). Elas decorrem de uma combinação entre as transformações nas mentalidades e de processos macros estruturais que reorganizam as etapas da vida. Tais mudanças podem ser relativas: por exemplo, a organização do mercado de trabalho ou resultantes de avanços científicos, que conduzem ao prolongamento da vida, expresso no denominado fenômeno do envelhecimento da população (Debert, 1999). No que concerne à juventude, certas interpretações têm sugerido que entender essa etapa da vida como processo é bem mais profícuo do que entendê-la como grupo social específico. Pierre Bourdieu (1983) salientou que sob a designação de juventude se abriga uma diversidade de modos sociais de existir, escamoteada pelo uso deste termo, ao colocar em evidência apenas a idade. Nesse sentido, um modelo de análise que se tem firmado é dirigido às transformações no estatuto da pessoa, ao se descrever juventude como processo. Há especificidades no processo de transição à vida adulta nos dias atuais, articulado com o que se designa de “prolongamento da juventude” (Galland, 1997; Casal, 1997; Pais, 1993).

O objetivo deste artigo é analisar o perfil social dos jovens que estão vivendo em união e delinear as especificidades que podem ser apreendidas no tocante à experimentação da sexualidade nas trajetórias biográficas desses sujeitos, que se afastam dos ideais atualmente preconizados. Argumentamos que tais percursos de vida são exemplares de modelos de transição à vida adulta que poderiam ser definidos como “tradicionais”, e que dizem respeito às transições curtas ou condensadas para o estatuto de adulto. Nesse sentido, eles não espelham o alongamento da etapa juvenil, apesar de jovens que são.

A formulação acerca do prolongamento da juventude apóia-se na idéia de *processo* de passagem para a vida adulta. Duas carreiras se apresentam nesse movimento: a escolar-profissional e a familiar-conjugal que, uma vez completadas, representariam a autonomização do jovem em

¹ A pesquisa “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” (Pesquisa GRAVAD) foi realizada por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. O grupo de pesquisadores compreende Maria Luiza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres G. Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCallum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico é Antonio José Ribeiro Dias (IBGE). A pesquisa foi financiada pela Fundação Ford e contou com o apoio do CNPq e da CAPES.

relação à família de origem e, conseqüentemente, a assunção de um status adulto. Contudo, expectativas contemporâneas alocam sobre essa etapa vital que os indivíduos (em formação) dediquem um maior investimento à carreira escolar, compreendida como pré-requisito para uma inserção no mercado de trabalho em condições favoráveis. Segundo tais critérios, a passagem delineada possibilitaria assim a emancipação do jovem frente à sua família de origem, simultaneamente permitindo a constituição de sua própria casa e família. Essas duas transições — residencial e conjugal (articuladas ou não) — constituir-se-iam no marco de entrada do jovem na vida adulta (Heilborn et al, 2002). Contudo, o sentido linear previsto neste modelo não é o mais corrente na atualidade: jovens permanecem residindo com os pais até idades mais avançadas, ainda que tenham condições financeiras para morar sós; podem sair e retornar ao domicílio parental, pela incapacidade de prover a subsistência; podem ter filhos enquanto não se autonomizaram residencialmente etc. Em suma, vários são os indicadores que completam esse cenário não seqüenciado, como, por exemplo, o fato de as uniões ocorrerem cada vez mais tardiamente em determinados contextos (cf. Bozon, 2005).

Da escolha em tratar a juventude como processo decorre o uso da idéia de trajetórias para descrever as diferentes temporalidades, ritmos e modos de transição para a vida adulta. Os dados aqui apresentados resultam de uma grande investigação, descrita mais à frente, em torno do propalado fenômeno da gravidez na adolescência no país (Heilborn, 1998),² que tem sido tratado como um problema social de dimensões dramáticas (Heilborn, 2005). O cenário discursivo em torno dessa questão pode ser compreendido no quadro das novas aspirações em torno dos jovens e do desconforto diante do caráter tido por errático dos trajetos juvenis (Brandão, 2003 e 2004; Peres, 2003).

A literatura sobre juventude salienta que mudanças ocorridas no cenário mundial a partir dos anos 70 tornaram a passagem à vida adulta bem mais complexa (Galland, 1997). Em contraste com gerações passadas, as transições à vida adulta (a autonomização familiar-residencial e a escolar-profissional) não acontecem sincronicamente, o que levou à descrição dessa situação como alongamento da etapa juvenil na descrição do ciclo de vida. A fórmula *jovens adultos* também é adotada para capturar tais mudanças. Reversibilidade da autonomia (Pais, 1993) e o retardamento da consolidação da carreira profissional são freqüentes, adiando a independência material e domiciliar dos jovens em relação aos pais.

² O fenômeno da gravidez na adolescência deve ser compreendido no quadro da rápida transição demográfica brasileira, que se exprime por uma acelerada redução da taxa de fecundidade ao nível da reposição das gerações. Tal transição ocorre no período de três décadas: entre 1965 e 1995, a fecundidade declina de quase seis crianças por mulher para um pouco mais de duas (Berquó e Cavenaghi, 2005). A fecundidade adolescente, ao contrário, vem aumentando. Sua participação relativa na fecundidade total seria – a nosso ver (Aquino et al, 2003) – o que explica parcialmente o emocionalismo do debate público em torno do assunto.

Fenômeno de múltiplas faces, “o prolongamento da juventude” pode ser interpretado como resultado, de certa maneira positivo, da expansão da escolaridade, requerida para uma melhor inserção profissional e social ou ainda como desfecho relativamente negativo, oriundo das dificuldades de atender tais expectativas diante de um contexto no qual as chances de ingresso ou de sucesso no mercado de trabalho não são verdadeiramente promissoras, haja visto a dificuldade de manter a oferta crescente de empregos. É inegável que a conjugação entre fatores estruturais e diferentes condições materiais de existência modulam o chamado prolongamento da juventude em um país como o Brasil, com marcante desigualdade social, expressa tanto na diferença de classe quanto na de gênero. Essas particularidades sócio-culturais fazem com que os perfis e as trajetórias juvenis se apresentem entre nós como mais heterogêneos, em comparação ao verificado em países desenvolvidos (Heilborn et al., 2002).

A outra série de mudanças que têm lugar na juventude alude à esfera de estabelecimento de vínculos amorosos e sexuais com parceiros, o que geralmente começa a se delinear na adolescência (Brandão, 2004). Indivíduos nessa fase experimentam relações afetivas que alargam a esfera de vínculos para além da família e da rede de amigos. Nessa etapa, desenrolam-se complexos processos de aprendizagem cultural em torno da sexualidade, intimamente relacionados aos códigos de gênero vigentes no contexto social em que os sujeitos estão inseridos.

Representações, valores e comportamentos relativos à sexualidade e gênero vão se consolidando no decorrer da adolescência. “Duas agências são centrais na transmissão desses valores: a família e o grupo de pares. A autonomia progressiva frente à família expõe fortemente os jovens à cultura do grupo de pares” (Heilborn et al, 2002: 23). Colegas e amigos são fonte de validação dos sujeitos e cada vez mais desempenham papel considerável na modelação das condutas dos jovens (Lagrange e Lhomond, 1997). O processo de modelação da pessoa transcorre em meio a múltiplas influências, que eventualmente podem ser divergentes no que concerne à adequação às expectativas de gênero. A construção de si modelada pelo gênero se exprime de modo inequívoco na experimentação da sexualidade. Trata-se de um inextricável elo entre dimensões subjetivas (socialmente construídas) e disposições objetivas do meio social.

Este artigo propõe-se a explorar as peculiaridades da socialização para a sexualidade dos jovens unidos. Busca delinear as especificidades que podem sugerir um perfil social compartilhado, para além da circunstância biográfica comum (a união) e, ao mesmo tempo ensaiar uma caracterização da experiência da sexualidade entre eles, atentando para o fato de que é bastante diferenciada entre homens e mulheres.

Estratégias da investigação

A Pesquisa GRAVAD consistiu na aplicação de dois dispositivos de investigação: um qualitativo, baseado em entrevistas semi-estruturadas (n=123, 41 por cidade), efetuado em 1999-2000, e um quantitativo que utilizou inquérito domiciliar, com amostra probabilística estratificada em três estágios, concluído em 2002 (n=4634). Foram três as cidades onde a pesquisa foi realizada: Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA), municípios pertencentes à regiões com características muito diferentes (Nordeste, Sudeste e Sul). Em ambas as etapas foram entrevistados homens e mulheres entre 18 e 24 anos, em entrevistas face-a-face. Na primeira etapa, um roteiro detalhado de questões permitiu a comparabilidade dos dados obtidos por 32 pesquisadores treinados em ciências sociais (em pós-graduação). O instrumento utilizado na etapa quantitativa foi elaborado a partir dos dados obtidos na etapa qualitativa, ainda que tenha se procedido a uma redução de circunstâncias a serem investigadas, e tenha se optado por um maior número de questões fechadas, de modo a otimizar a geração de um banco de dados. O mesmo elenco de questões foi apresentado aos jovens de ambos os sexos, sendo a formulação das perguntas redigida (e lida) de acordo com o sexo do entrevistado.

O questionário privilegiou certos eventos da trajetória afetivo-sexual: os iniciais e os últimos (em menor número), em função da possibilidade de estruturar uma trajetória e permitir uma boa rememoração por parte dos inquiridos. Foram assim pesquisados: a primeira e última relação sexual, primeiro relacionamento de três meses ou mais (com relação sexual), primeira união, primeira separação, primeira e última gravidez, primeiro e último filho, primeiro aborto (espontâneo e provocado) e o parceiro atual. Esta decisão acompanha o formato de instrumentos internacionais sobre sexualidade e, em parte, sobre reprodução, e permite comparar os achados (Laumann et al., 1994; Bozon, 1993).

A pesquisa Gravada se distancia das abordagens mais tradicionais sobre sexualidade e gravidez na adolescência em três aspectos. Em primeiro lugar, subordina a questão da gravidez na adolescência à análise do aprendizado e da experimentação da sexualidade com o parceiro. Deriva dessa decisão o tratamento do tema *juventude como processo* e não como *grupo etário*, o que enseja a estratégia de avaliar os desdobramentos de uma gravidez ou parentalidade (im)prevista ocorrida no período da adolescência. A segunda inovação diz respeito ao descentramento metodológico no que tange à faixa etária definida como “adolescente”. Esta escolha se funda no fato de, ao se eleger os processos sociais de transição presentes na juventude, não ser necessário escolher a população-alvo do problema social como os sujeitos da pesquisa. O distanciamento sociológico empreendido pelo recorte é solidário à idéia de estimar os efeitos dos eventos.

O terceiro aspecto baseia-se na concepção sociológica sobre sexualidade e gravidez na adolescência, distanciando-se das abordagens tradicionais prevalentes, sobretudo no campo da saúde pública. Nossa ênfase é sobre os *processos sociais* subjacentes aos eventos da esfera da saúde sexual e reprodutiva.

Jovens em união: características gerais

Neste artigo, considera-se como “uniões precoces” o grupo de jovens que declarou estar casado ou convivendo maritalmente com alguém em domicílio apartado do das respectivas famílias de origem. São objeto de análise aqueles jovens que moram/coabitam com seus cônjuges (e prole, quando pertinente) em unidade neolocal. Os demais jovens que declararam estar em união, mas coabitam com pais ou responsáveis, bem como aqueles que mantêm união em outros arranjos domésticos não são aqui contemplados (e estão excluídos da análise). Este recorte tem a intenção de iluminar os casos de residência neolocal, tendo em vista que este contingente de sujeitos atualiza de forma exemplar o modelo tradicional de passagem à vida adulta. Em outras palavras, busca-se examinar as características de um determinado grupo de jovens que, de certa forma, contraria as atuais expectativas formuladas para a juventude em que as trajetórias biográficas estariam pautadas pelo alongamento dos estudos e pelo adiamento do início da vida conjugal e reprodutiva. Assim, procedemos a análise a partir da constituição de dois grupos polares: jovens em união e que coabitam em unidade neolocal (aqui cunhados por *jovens em união*) vs. jovens sem nenhuma experiência de união e/ou de gravidez/filhos (identificados como *jovens solteiros*).

Os dados aqui apresentados resultam da etapa quantitativa da pesquisa GRAVAD, muito embora achados da etapa qualitativa sejam por vezes acionados, por serem esclarecedores de determinadas situações. Dentre os 4634 questionários obtidos, respondidos por jovens de ambos os sexos de 18 a 24 anos, obteve-se um percentual de 15% de jovens em união (tal como aqui definido). As mulheres constituem maioria neste grupo (20,4% em contraste com 8,4% de homens), o que já demonstra que a experiência de união tem implicações diferentes segundo os sexos e as idades (cf. tabela 1). O percentual de jovens unidos cresce em função da idade atingida. A idade média de união é de 17,9 anos para as mulheres, enquanto para os homens ela é de 19,4 anos.

Os eventos de união e de gravidez com parentalidade são muito próximos: em somente 5% dos casos o nascimento de um filho ocorre dois anos ou mais após a união (excluídos os casos de jovens em união e sem gravidez/filhos). Assim, é possível propor como hipótese que grande parte das uniões são desenlaces de relações sexuais que levaram a uma gravidez³. Contudo, há uniões não

³ A hipótese da união como decorrente da gravidez ganha força quando observamos os dados relativos aos jovens que tiveram o primeiro filho antes do 20 anos de idade: somente 18,9% das moças e 9,3% dos rapazes declararam que já moravam com parceiro/a antes do advento do primeiro filho; 39,3% e 47,8% respectivamente passaram a morar com parceiro/a.

motivadas pela gravidez (30% dos jovens unidos ainda não têm filhos), o que configura o modelo de etapas anteriormente prevalente: casamento e reprodução. O percentual expressivo de uniões associadas à gravidez assinala que as relações sexuais prévias ao vínculo conjugal se tornaram amplamente aceitáveis, indicando importante transformação nos valores relativos à sexualidade e ao feminino. Contudo, afirmar tal mudança não significa que padrões assimétricos de relacionamento entre homens e mulheres estejam ausentes na conformação dos pares.

Em geral, as moças se unem aos parceiros com quem se iniciaram sexualmente (51,5%), diferentemente do que ocorre com os rapazes (apenas 10%). As expectativas tradicionais de gênero para a conformação do casal permanecem vigorando nesse contingente: o homem deve ser o mais velho. Assim, elas estão unidas a parceiros de 2 a 4 anos mais velhos (27%) ou muito mais velhos (47%), com 5 anos ou mais de diferença. Já os rapazes em união têm parceiras da mesma idade (35,3%) ou mais novas (39,5%) (dados não apresentados).

Considerando que as idades investigadas situam-se entre os 18 e 24 anos, é maior a participação de jovens mais velhos. No contraste com os jovens sem experiência de união e de parentalidade, os jovens unidos apresentam um quadro de maior desvantagem social no que concerne ao nível de escolarização: 69,7% das mulheres unidas têm até o ensino fundamental completo, enquanto o mesmo ocorre para somente 28,8% das jovens sem tal experiência (estas são mais escolarizadas). Entre os rapazes a diferença de nível escolar atingido também é grande: 71% dos primeiros e 48% dos segundos possuem até o ensino fundamental completo. Os jovens em união provêm de lares cujas mães têm baixa escolaridade, não havendo contraste entre o capital cultural das famílias de origem dos jovens de ambos os sexos (cf. tabela 2).

No universo investigado, uma parcela considerável das moças é, desde cedo, a principal responsável pelo desempenho de tarefas domésticas em suas famílias de origem (cf. tabela 3). Os resultados confirmam o que a literatura de origem qualitativa sobre gravidez na adolescência aponta como um horizonte social em que a constituição de um casal é uma das alternativas em um campo de possibilidades restrito (Heilborn et al, 2002; Costa 2002; Le Van, 1998; Daadorian, 1994). Trabalhos etnográficos sobre família em camadas populares (Alvim e Leite Lopes, 1990, Duarte, 1986; Heilborn, 1997) assinalam que concepções acerca dos vínculos entre os membros da unidade familiar, aliadas às condições materiais, fazem com que a participação de todos seja esperada: gênero e idade organizam posições e atribuições no funcionamento da vida familiar. Assim crianças e adolescentes contribuem de formas variadas no cotidiano para a manutenção da casa, seja no trabalho doméstico, seja com pequena participação para a renda. Portanto, pode-se afirmar que se desenrola uma socialização que antecipa concretamente alguns dos atributos da condição de adulto nessas famílias. Delineia-se um cenário em que alternativas de maior escolarização e eventual

inserção no mercado de trabalho não se apresentam e é possível imaginar que as possibilidades de autonomização em relação aos pais tenham se focalizado na opção da neo-residência, sobretudo no caso das moças (cf. Knauth et al, 2005)⁴.

Socialização para a sexualidade: informações e ambiente familiar

Algumas perguntas foram feitas sobre o controle parental sobre os jovens, e as respostas obtidas podem vir no auxílio para elucidar possíveis razões da hipótese da união como forma de ganhar autonomia frente à família de origem. Os jovens unidos declaram que seus pais tentavam impedir a convivência com amigos e namorados em proporções bem maiores do que os outros entrevistados. Assim, 57% das moças (contra 34% das solteiras) e 48% dos rapazes (contra 33% dos solteiros) alegam que seus familiares controlavam sua esfera de sociabilidade (cf. tabela 3). Várias informantes da etapa qualitativa da pesquisa, sobretudo as moças de camadas populares reclamam de uma vigilância estrita exercida sobre suas vidas afetivo-sexuais que perdura, muitas vezes, para além da adolescência. O controle provém, sobretudo, dos homens: pais e irmãos mais velhos. As jovens populares caracterizam suas mães e/ou pais como “conservadores”, “fechados” e “antigos”. Um silêncio impera nos assuntos relativos à sexualidade e ao corpo feminino em geral: várias moças lamentaram nunca ter sido informadas sobre ciclo menstrual (Heilborn et al. 2002).

Recusando o etnocentrismo presente na concepção de que grupos populares são emblemáticos do “atraso” em uma sociedade que se moderniza, pode-se acrescentar que entre eles prevalece uma certa forma de convívio. Determinados assuntos são considerados inadequados entre gerações distintas ou entre pessoas de sexo oposto. Na comparação entre os dois grupos (unidos vs. solteiros) observa-se que o acesso às informações sobre sexualidade — tratados a partir de perguntas com múltiplas respostas sobre três temas (relação sexual, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis) — as mães e, logo a seguir, os colegas/ amigos constituem as primeiras fontes de informação sobre tais assuntos. No entanto, elas desempenham um papel menos forte entre as moças unidas do que entre as solteiras, o que vem reforçar a interpretação acerca de conversas que envolvem distância entre os membros da família. A fraca menção ao pai corrobora o retrato de relações familiares que se ordenam por distanciamento entre geração e gênero, mais patente no caso das mulheres (cf. tabela 4).

Ressalta-se a importância do grupo de pares como fonte de informação, seja em relação à sexualidade em geral, seja em referência aos meios de evitar gravidez/filhos ou ainda relativamente

⁴ Um resultado que não pôde ser ainda explorado em todo o seu alcance é o da distribuição do fenômeno da neoresidência segundo a cidade investigada: Porto Alegre apresenta um percentual de 17,1% enquanto no Rio de Janeiro é de 15,2% e em Salvador, 11,6%. Pode-se especular se as menores taxas de desemprego na capital gaúcha relativamente às demais possibilitaria o projeto de autonomização do jovem par.

às DSTs/AIDS. No geral, as moças unidas possuem menor acesso a informações sobre sexualidade e a variedade de fontes também o é bem menor: 61% declara apenas uma fonte versus 41% das solteiras. A disparidade no caso dos rapazes é de três vezes maior quando envolve 3 ou mais fontes de informação (dados não apresentados). Contudo, em consonância com o perfil das unidas, os médicos e os serviços de saúde comparecem com um percentual bem mais expressivo do que no grupo em contraste como importante fonte de informação, principalmente no que concerne aos meios de evitar gravidez/filho (lembramos que cerca de 70% dos unidos apresentam um episódio de gravidez).

Experiência da sexualidade

As moças em união precoce iniciam a vida sexual antes das solteiras, um resultado nada surpreendente. Utilizando uma classificação para a idade da iniciação sexual como precoce (até 14 anos para os rapazes e até 15 anos para as moças), intermediária (entre 15 e 16 anos para os homens, 16 e 17 anos para as mulheres) e tardia (depois dos 17 para eles e 18 para elas), observa-se que 42% das moças unidas se iniciaram até os 15 anos, enquanto as solteiras e sem filhos apresentam um percentual de apenas 15% (cf. tabela 5). Entre os rapazes, o contraste entre os unidos e os solteiros não é tão marcante, embora os primeiros comecem a vida sexual de forma ligeiramente mais precoce do que os segundos. Em outros lugares desenvolvemos os argumentos sobre essa estabilidade da idade de iniciação sexual para os rapazes: uma difundida ideologia de gênero que atravessa as classes sociais (Heilborn et al., 2005).

O percentual de 13% das moças que declaram que o parceiro da iniciação sexual foi seu marido/companheiro chama a atenção. Elas também se diferenciam em muito de suas congêneres no que tange ao número de parceiros sexuais na trajetória afetivo-sexual (ainda que seja apenas o início da mesma): 52%, em contraposição a 36%, declararam somente um parceiro sexual que, conforme já salientado, é bem mais velho do que ela (neste aspecto, o perfil dos rapazes é mais assemelhado) (cf. tabela 5). A vida conjugal afasta as moças da rede de amigas; por exemplo, as conversas sobre sexualidade passam a ser prioritariamente com seus parceiros (63%), diferentemente das solteiras que continuam a ter na rede de pares as amigas como importante fonte de interlocução após a iniciação sexual (dados não apresentados).

Autonomização do casal

Alguns dados ainda podem ser acionados para ilustrar a singularidade deste grupo em termos da assunção do *status* de adulto. Conforme apresentado anteriormente, estes jovens estão morando em neoresidências, atualizando um modelo da família conjugal (coabitação do casal ou do

casal com sua prole). A maioria destes declarantes em união tem pelo menos um filho. Embora sejam majoritariamente oriundos de estratos menos favorecidos da população, tais jovens afirmam que eles próprios são os principais responsáveis pelo sustento dos filhos, sendo inexpressiva a figura dos avós da(s) criança(s), sejam maternos ou paternos, em relação a este tópico. No que tange aos cuidados com a prole (“quem toma conta da criança?”), novamente os jovens afirmam ser eles mesmos os principais cuidadores, embora aqui a figura dos avós esteja também presente (cf. tabela 6).

Ainda que nem todos os jovens aqui em análise já tenham iniciado suas respectivas carreiras reprodutivas, podemos supor que há uma correlação entre um certo processo de autonomização em relação às famílias de origem e o início da vida reprodutiva. A “estratégia” utilizada parece lançar mão do que hoje é considerado tradicional e “impróprio” para a juventude. Entretanto, estes jovens parecem conformar um seletivo grupo que, de um certo ponto de vista, é “bem sucedido” neste processo, pois afirmam uma autonomia residencial e material em relação às suas famílias de origem. Cabe pontuar que 92% dos rapazes em união declararam estarem exercendo alguma atividade remunerada no momento da entrevista em contraposição a 57% dos jovens solteiros e sem filhos; os percentuais encontrados para as moças correspondem a 39,8% e 47,7% respectivamente (dados não apresentados).

Há ainda dois elementos que merecem destaque neste processo de autonomização “à moda antiga”: o impacto do nascimento de um filho na trajetória escolar do jovem e o descompasso entre a representação sobre a idade ideal de ter filhos e o que de fato ocorre em suas trajetórias. No debate sobre a gravidez na adolescência os mais céticos não de ressaltar os percentuais daqueles que deixam de estudar em função do nascimento do filho, um dado que impacta de forma bastante distinta as carreiras dos jovens: muito mais moças do que rapazes em união e com filho interrompem os estudos por algum tempo ou completamente com a chegada da criança (até porque freqüentemente os rapazes já haviam saído do sistema de ensino) (cf. tabela 6). Esse processo de autonomização, ainda que “bem sucedido” para o grupo em questão (pois há todo um universo de jovens em união, com ou sem filhos, mas que ainda coabitam com pais ou responsáveis que não foram aqui contemplados), traz a ambigüidade em relação à avaliação da idade ideal a maternidade/paternidade: majoritariamente, os jovens entrevistados consideram que a idade ideal para o início da vida reprodutiva é pelo menos dois anos depois do que ocorreu em suas próprias trajetórias (dados não apresentados).

Em suma, jovens unidos precocemente contrastam fortemente com as expectativas que cercam a juventude na contemporaneidade. Unir-se significa que outros horizontes de trajetória de vida não se concretizaram, em especial, o projeto de um tempo maior dedicado à escolarização. Os

jovens unidos, em sua maioria do sexo feminino, testemunham uma transição rápida e concentrada para a etapa adulta: formação de um par e muito provavelmente nascimento de prole.

Referências Bibliográficas

- ALVIM, Rosilene e LEITE LOPES, José Sergio. Famílias operárias, famílias de operárias. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n° 14, ano 5, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, outubro 1990 [7-17].
- AQUINO, Estela et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(Sup. 2): S377-S388, 2003.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BERQUÓ, Elza e CAVENAGHI, Suzana. *Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?* Annual Meeting of the Population Association of America, Philadelphia, Pennsylvania, March 30 to April 2, 2005, Session #151, Adolescent Fertility in Developing Countries (mimeo).
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOZON, M. L'entrée dans la sexualité adulte: le premier rapport et ses suites. Du calendrier aux attitudes. *Population*, Paris: INED, n. 5, p. 1317-1352, sept.-oct. 1993.
- BOZON, Michel As novas formas de entrada na vida sexual no Brasil e na América Latina In: HEILBORN, Maria Luiza et al. *Relações Familiares, Sexualidade e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- BRANDÃO, Elaine Reis. *Individualização e Vínculo Familiar em Camadas Médias*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ (tese de doutorado em saúde coletiva), 2003.
- BRANDÃO, Elaine Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CASAL, Joaquim. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: PAIS, J. M., CHRISHOLM, L. (Org.). *Jovens em mudança. Actas do Congresso Internacional Growing up between centre and periphery*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1997.
- COSTA, Teresinha. *Gravidez na Adolescência. Um estudo de Caso Sobre a Maternidade na Faixa de 10 a 14 anos em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva), 2002.

- DADOORIAN, D. *A gravidez desejada em adolescentes de classes populares*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- DEBERT, Guita. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.
- DUARTE, Luis Fernando Dias. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.
- GALLAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, E. M. et al. (Org.). *Seminário gravidez na adolescência*. São Paulo: Associação Saúde da Família, 1998.
- HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tania; BOZON, Michel; AQUINO, Estela; KNAUTH, Daniela; ROHDEN, Fabíola; VICTORA, Ceres; MCCALLUM, Cecília; BRANDÃO, Elaine. Aproximações Sócio-antropológicas sobre a Gravidez na Adolescência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 13-45, 2002.
- HEILBORN, Maria Luiza. O ultra-som de uma 'trajédia nacional'. O Estado de São Paulo, São Paulo, 2005.
- HEILBORN, Maria Luiza et al.. *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (no prelo)
- KNAUTH, Daniela et al. As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. In: HEILBORN, Maria Luiza et al.. *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (no prelo)
- LAGRANGE, Hugues e LHOMOND, Brigitte. *L'entrée dans la sexualité*. Paris, Éditions de la Découverte, 1997.
- LAUMANN, Edward O.; GAGNON, John H.; MICHAEL, Robert T.; MICHAELS, Stuart. *The Social Organization of Sexuality, Sexual Practices in the United States*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1994.
- LE VAN, Charlotte. *Les grossesses à l'adolescence*. Normes sociales, réalités vécues. Paris: L'Harmattan, 1998.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- PERES, Simone Ouviaha. *Aborto e juventude: um horizonte de possibilidades diante da gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ (tese de doutorado em saúde coletiva), 2003.

TABELA 1: JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL E SEXO

Estado conjugal (%)	Mulheres	Homens	Total (%)	p-valor
Jovens em união*	20,4	8,4	14,4	0,0000
Jovens solteiros**	79,6	91,6	85,6	
n	1924	1841	3765	

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População : jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

*Jovens que se declararam unidos e coabitam em unidade neolocal.

**Jovens sem nenhuma experiência de união e/ou de gravidez/filhos.

TABELA 2: JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL, SEXO, GRAU DE ESCOLARIDADE DO PRÓPRIO E DE SUA MÃE

Nível Escolar		Estado conjugal (%)		Total (%)
		Jovens em união*	Jovens solteiros**	
Escolaridade do Jovem (%)				
Mulheres	Nível fundamental incompleto	35,2	7,9	13,4
	Nível fundamental completo	34,5	20,9	23,6
	Nível médio completo	26,3	39,8	37,2
	Superior (incompl. e completo)	3,9	31,4	25,9
	p-valor	0,0000		
Homens	Nível fundamental incompleto	41	20,6	22,1
	Nível fundamental completo	29,4	27,8	28
	Nível médio completo	27,5	30,1	29,9
	Superior (incompl. e completo)	2,3	21,7	20,1
	p-valor	0,0008		
Escolaridade da mãe do jovem (%)				
Mulheres	Nível fundamental incompleto	69,8	33,5	40,8
	Nível fundamental completo	15,8	18,1	17,6
	Nível médio completo e Superior	14,3	48,4	41,5
	p-valor	0,0000		
Homens	Nível fundamental incompleto	67,9	42	44,2
	Nível fundamental completo	17,9	16,5	16,6
	Nível médio completo e Superior	14,3	41,4	39,1
	p-valor	0,0000		

n	551	3214	3765
---	-----	------	------

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População : jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

*Jovens que se declararam unidos e coabitam em unidade neolocal.

**Jovens sem nenhuma experiência de união e/ou de gravidez/filhos.

TABELA 3: JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL, SEXO E ELEMENTOS DE SOCIALIZAÇÃO/CONTROLE PARENTAL

Elementos de socialização/controle parental (%)		Estado conjugal (%)		Total (%)
		Jovens em união*	Jovens solteiros**	
Controle dos pais ou adultos aos 15 anos para impedir a convivência com amigos ou namorados (%)				
Mulheres	Sim	56,8	34,3	38,8
	Não	43,2	65,7	61,2
p-valor		0,0000		
Homens	Sim	47,5	33,3	34,5
	Não	52,5	66,7	65,5
p-valor		0,0013		
Entre 15 e 18 anos, morou a maior parte do tempo (%)				
Mulheres	Com ambos os pais	41,4	64,6	59,9
	Com a mãe	16,2	20,3	19,5
	Com o companheiro	20	0	4,1
	Outros arranjos	22,4	15,1	16,6
p-valor		0,0000		
Homens	Com ambos os pais	51,3	63,2	62,1
	Com a mãe	20,5	21,3	21,2
	Com o companheiro	1,9	0	0,2
	Outros arranjos	26,2	15,5	16,4
p-valor		0,0000		
Entre 15 e 18 anos, participava das tarefas domésticas como (%)				
Mulheres	Principal responsável	30,7	6,5	11,4
	Dividindo igualmente as tarefas com outros	29,6	22,1	23,6
	Ajudando nas tarefas	32,1	50	46,3
	Não tinha nenhuma obrigação	7,5	21,4	18,6
p-valor		0,0000		
Homens	Principal responsável	8,4	3,1	3,6
	Dividindo igualmente as tarefas com outros	12,3	16,4	16,1
	Ajudando nas tarefas	44,1	48,7	48,3
	Não tinha nenhuma obrigação	35,1	31,7	32
p-valor		0,0775		
n		551	3214	3765

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População : jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

*Jovens que se declararam unidos e coabitam em unidade neolocal.

**Jovens sem nenhuma experiência de união e/ou de gravidez/filhos.

TABELA 4: JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL, SEXO E PRINCIPAIS FONTES SOBRE GRAVIDEZ/MEIOS PARA EVITAR FILHOS

Primeiras Informações sobre Gravidez/Meios para evitar filhos	Mulheres			Homens		
	Jovens em união*	Jovens solteiros**	p-valor	Jovens em união*	Jovens solteiros**	p-valor
Mãe	40,4	47	0,1343	38,7	37,3	0,7887
Pai	2,8	9,7	0,0009	19,5	28,5	0,1333
Parceiro(a) / namorado(a)	3,3	0,1	0,0003	1,1	3	0,0862
Irmãos	5,4	6,4	0,5789	10,4	5,1	0,1151
Amigos / colegas	22,3	25,2	0,3112	22,3	21,1	0,8074
Professores / escola	22,1	40,5	0,0000	19,4	36,2	0,0116
Médicos / serviço de saúde	16,5	9,1	0,0329	3,2	2,2	0,5615
Meios de comunicação e entretenimento	7,8	25,2	0,0000	20,5	28,8	0,1865

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População : jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

*Jovens que se declararam unidos e coabitam em unidade neolocal.

**Jovens sem nenhuma experiência de união e/ou de gravidez/filhos.

TABELA 5: JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS SEGUNDO ESTADO CONJUGAL, SEXO E ELEMENTOS SELECIONADOS DA TRAJETÓRIA AFETIVO-SEXUAL

Elementos da trajetória afetivo-sexual (seleção) (%)		Estado conjugal (%)		Total (%)
		Jovens em união*	Jovens solteiros**	
<u>Idade na iniciação sexual</u>				
Mulheres	Até 15 anos	42,1	15,2	22,4
	De 16 a 17 anos	30,3	39,2	36,9
	De 18 a 25 anos	27,5	45,6	40,7
	p-valor	0,0000		
Homens	Até 14 anos	31,7	27,1	27,5
	De 15 a 16 anos	44,7	40,1	40,5
	De 17 a 25 anos	23,8	32,8	32
	p-valor	0,3012		
<u>Tipo de parceiro na primeira relação sexual</u>				
Mulheres	Namorado	81,4	88,8	86,9
	Pessoa com quem “ficou”	5,4	11,1	9,6
	Marido	13,2	0,1	3,6
	p-valor	0,0000		
Homens	Namorada	38,5	44,1	43,6
	Pessoa com quem “ficou”	55	50,3	50,8
	Esposa	3	0,5	0,7
	Garota de programa / profissional do sexo	3,4	5,1	4,9
	p-valor	0,0642		
<u>Número de parceiro sexuais na trajetória biográfica</u>				
Mulheres	1	51,9	35,6	39,9
	2 ou 3	35,2	37,5	36,9
	4 ou 5	6,9	14,5	12,5
	6 ou mais	6	12,5	10,7
	p-valor	0,0015		
Homens	1	8,1	8,7	8,6
	2 ou 3	14,9	16,2	16,1
	4 ou 5	13,8	19,8	19,3
	6 ou mais	62,8	55,3	56
	p-valor	0,5876		
n		551	3214	3765

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População : jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

*Jovens que se declararam unidos e coabitam em unidade neolocal.

**Jovens sem nenhuma experiência de união e/ou de gravidez/filhos.

TABELA 6: JOVENS EM UNIÃO E COM FILHOS SEGUNDO INDICADORES SELECIONADOS DE AUTONOMIZAÇÃO E SEXO

Indicadores selecionados de autonomização (%)	Jovens em união e com filhos (%)		Total (%)	p-valor
	Mulheres	Homens		
Quanto à relação com o/a parceiro/a, a gravidez/filho				
Não mudou nada	28,6	8,9	23,3	0,0104
Separou vocês	9,5	8,0	9,0	
Uniu vocês	61,7	79,7	65,6	
Ele/a não era parceiro/a fixo/a (era parceiro/a eventual)	,2	3,4	1,4	
Principal responsável pelo sustento do primeiro filho				
Os pais/o casal igualmente	31,6	41,7	33,6	0,0000
Somente o informante	3,5	57,9	17,9	
Somente o/a parceiro/a	59,6	,0	42,5	
Pais da mãe da criança (avó/s materno/s)	4,6	,4	3,2	
Pais do pai da criança (avó/s paterno/s)	,6	,0	,4	
Outros	3,4	,0	2,5	
Mudanças nos estudos				
Não estava estudando e continuou assim	52	76,2	58,2	0,0202
Continuou estudando	10,7	14,4	11,8	
Parou de estudar por um período	17,9	6,5	15,0	
Parou completamente de estudar depois do nascimento da criança	18,9	2,8	14,6	
Outro	,4	,0	,3	
n	239	60	299	

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População : jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).